

00096182

Política - Professores

O R T E,
ado 2871
boa Codex
54 43 01

DIARIO (O)	Lisboa	31.12.1961
BENFICA	Lisboa	
NOTICIAS de AMARANTE	Amarante	
JOÃO SEMANA		

Carreira docente do Politécnico «reprovada» pelos Sindicatos

O projecto do *estatuto da carreira docente do ensino superior politécnico* que o Ministério da Educação elaborou não merece a aprovação dos Sindicatos dos Professores. Numa reunião em que estiveram presentes as direcções sindicais das Zonas Norte, Centro e da Grande Lisboa, foi decidido solicitar ao secretário de Estado do Ensino Superior uma revisão desse projecto.

Nesta mesma reunião foi decidido solicitar uma entrevista ao responsável ministerial a fim de lhe serem expostas as razões da posição dos Sindicatos docentes, e, ao mesmo tempo, alguns esclarecimentos sobre a posição governamental quanto a algumas matérias fundamentais desse estatuto.

Destas matérias destaca o comunicado final da reunião das direcções sindicais a definição do enquadramento dos docentes dos ISE's (Institutos Superiores de Engenharia), dos ISCA's (Institutos Superiores de Contabilidade e Administração), Escolas Superiores Agrícolas, Escolas do Magistério Primário, Escolas Normais de Educadores de Infância, Escolas do Ensino Superior Artístico e do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira.

As direcções sindicais decidiram, ainda, reafirmar o direito que lhes assiste «a participar na definição das condições de trabalho e emprego dos seus representados». Por isso, sublinham, a sua intervenção na elaboração daquele estatuto da carreira docente «não se irá limitar ao «envio de quaisquer sugestões», como pressupõe o officio da secretaria de Estado que acompanha o projecto de estatuto remetido aos Sindicatos».

LICENCIATURAS NOS ISCAS

Esta questão está estreitamente relacionada com a indefinição em que se encontram algumas escolas do ensino superior, como é o caso dos Institutos Superiores de Contabilidade e Administração (ISCA's).

O que se passa com esta escola foi ainda antecedido objecto de apreciação na reunião da Comissão de Educação da Assembleia da República. Com efeito, uma delegação da Associação Portuguesa dos Contabilistas deslocou-se à Assembleia da República para recordar junto daquela Comissão que o Ministério da Educação permanecia surdo às recomendações da AR quanto à necessidade de se criarem urgentemente as licenciaturas nos ISCA's.

A Assembleia da República formulou esta recomendação em Junho último, no decorrer de uma sessão plenária em que os ISCA's e os Institutos Superiores de Engenharia (ISE's) foram retirados da rede do ensino superior politécnico.

A Comissão de Educação considerou como justos os protestos da Associação Portuguesa dos Contabilistas e ficou assente que se o MEC não criasse rapidamente aquelas licenciaturas, então a Assembleia da República chamaria a si essa tarefa.

No entanto, não são apenas estas escolas que vêm o seu futuro comprometido porque o Ministério insiste em manter na indefinição o seu plano de estudos. Ao agir deste modo, o MEC provoca situações absurdas na vida profissional dos diplomados destas escolas, particularmente na Função Pública, onde eles se vêem colocados em escalões salariais diferentes, segundo a equiparação que cada Ministério - ou cada Direcção-Geral - dá aos seus diplomas.

Entre as escolas que se encontram em tal situação destacam-se, para além dos ISCA's

Perante as avaliações ministeriais, a Assembleia da República propõe-se chamar a si a criação das licenciaturas nos ISCA's e outras escolas do ensino superior

e ISE's, o Instituto Superior de Psicologia Aplicada, o Instituto Superior de Serviço Social e as Escolas do Ensino Superior Artístico.

PSICÓLOGOS PROTESTAM

Uma posição de protesto foi igualmente assumida pelo Sindicato Nacional dos Psicólogos, quanto ao modo como o MEC «pretende solucionar» a questão da equiparação ao grau de licenciado dos psicólogos diplomados pelo ISPA.

No decorrer de uma assembleia geral que se realizou no passado dia 16 deste mês foi aprovada, por unanimidade, uma moção onde se

afirma que a «solução» do MEC é inaceitável tanto no plano profissional como no académico.

A moção apresenta uma contraproposta, que o Sindicato dos Psicólogos enviou ao Ministério, onde se solicita que, «através dos seus órgãos competentes, o MEC despache no sentido de inequivocamente ser atribuída a equiparação (com as licenciaturas concedidas pelas Universidades), única forma que pode efectivamente cobrir todas as situações que se apresentem».

A direcção sindical ficou encarregue de desenvolver todos os contactos necessários - com o MEC, Assembleia da República, e outros organismos - para que esta contraproposta viesse a concretizar-se.

